

Visualidade e mediação bilíngue no ensino de português como L2: Bidocência e construção de sentidos com alunos surdos

Ronaldo Gonçalves de Oliveira¹

Jaqueline Nunes Codendey²

Resumo

O artigo relata uma experiência pedagógica desenvolvida no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), voltada ao ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para alunos surdos sinalizantes dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. A proposta baseia-se na bidocência como estratégia inclusiva e formativa, articulando dois professores com trajetórias distintas em uma abordagem colaborativa. Fundamentada na Educação Bilíngue de Surdos, no letramento visual, nas práticas omniléticas e na concepção discursivo-interacionista de linguagem, a iniciativa visa respeitar os tempos e modos de aquisição linguística dos alunos, promovendo o protagonismo surdo no processo de letramento. A atividade central envolveu o uso de cartuns como gênero visual, explorando a imagem como disparador de sentidos e ponte entre Libras (L1) e o português escrito (L2). Os resultados apontam avanços significativos na autonomia leitora, ampliação do vocabulário, estruturação sintática e engajamento dos alunos. A bidocência revelou-se potente tanto para a aprendizagem quanto para a formação docente, favorecendo a escuta pedagógica, a construção coletiva e o planejamento colaborativo. O artigo defende a consolidação da bidocência como prática permanente em contextos bilíngues, alinhada às diretrizes legais e às políticas públicas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Bilíngue de Surdos, Bidocência, Letramento Visual, Ensino de L2, Inclusão Escolar

¹Instituto Nacional de Educação de Surdos. rgoliveira@ines.gov.br

²Instituto Nacional de Educação de Surdos. jaqueline@ines.gov.br

Abstract

This article presents a pedagogical experience developed at the National Institute for the Education of the Deaf (INES), focused on teaching Portuguese as a second language (L2) to deaf signing students in the 8th and 9th grades of elementary school. The proposal is based on co-teaching as an inclusive and formative strategy, involving two teachers with distinct backgrounds in a collaborative approach. Grounded in Bilingual Deaf Education, visual literacy, omniliterate practices, and a discursive-interactionist conception of language, the initiative aims to respect the linguistic acquisition pace and modes of deaf students, fostering their protagonism in the literacy process. The central activity involved using cartoons as a visual genre, exploring imagery as a trigger for meaning and a bridge between Libras (L1) and written Portuguese (L2). Results show significant progress in reading autonomy, vocabulary expansion, syntactic structuring, and student engagement. Co-teaching proved effective for both student learning and teacher development, enhancing pedagogical listening, collective construction, and collaborative planning. The article advocates for the consolidation of co-teaching as a permanent practice in bilingual contexts, aligned with legal guidelines and inclusive public policies.

KEYWORDS: Bilingual Deaf Education, Co-teaching, Visual Literacy, L2 Teaching, School Inclusion

LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O

QR CODE AO LADO OU O LINK:



<https://youtu.be/1RNLXp6wB8s?si=aHfbHBTdctYLLsld>



Introdução

A educação de surdos no Brasil tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da Libras como língua oficial e à consolidação da Educação Bilíngue como modalidade própria. A promulgação da Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta sua difusão e uso no sistema educacional, marcaram um avanço importante na luta por direitos linguísticos da comunidade surda. Mais recentemente, a Lei nº 14.191/2021 instituiu oficialmente a Educação Bilíngue de Surdos como parte da educação especial, reforçando a necessidade

de práticas pedagógicas que respeitem a singularidade linguística e cultural desses sujeitos.

Nesse cenário, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) tem desempenhado papel central na construção de propostas pedagógicas que dialogam com os princípios da educação bilíngue. A experiência aqui relatada insere-se nesse contexto e tem como objetivo compartilhar os desafios e aprendizados vivenciados na implementação da bidocência no ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para alunos surdos sinalizantes, matriculados nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.

A proposta foi desenvolvida no turno estendido, conforme sugestão do Ministério da Educação, e envolveu a junção de duas turmas em uma abordagem colaborativa entre dois professores de português com trajetórias distintas. Essa configuração permitiu a construção de um espaço pedagógico plural, onde diferentes saberes docentes se encontraram para atender às especificidades dos alunos surdos em processo de letramento em português escrito.

A bidocência, nesse contexto, revelou-se não apenas como uma estratégia de ensino, mas como uma prática formativa entre pares, capaz de promover trocas, reflexões e construção coletiva de saberes. Ao mesmo tempo, trouxe à tona questões fundamentais sobre inclusão, acessibilidade linguística e os limites das políticas educacionais voltadas para a população surda.

Este relato de experiência não pretende apresentar uma fórmula pronta, mas sim contribuir para o debate sobre práticas pedagógicas inclusivas e responsivas, especialmente no campo da Educação Bilíngue de Surdos. Ao longo do texto, serão discutidos os fundamentos teóricos que sustentam a proposta, os eixos metodológicos adotados, os resultados observados e as reflexões que emergiram do processo.

É fundamental esclarecer que, neste artigo, o termo “inclusão” não se refere ao conceito amplamente difundido nas políticas educacionais voltadas às escolas regulares, que muitas vezes se limitam à presença física de alunos com deficiência em ambientes comuns. Aqui, inclusão é compreendida como um processo linguístico e pedagógico específico, voltado à construção de sentidos no português escrito por alunos surdos inseridos na modalidade de Educação Bilíngue. Trata-se de garantir o acesso efetivo à segunda língua (L2), respeitando os tempos de aquisição, a mediação em Libras e a lógica visual que estrutura a aprendizagem desses estudantes. A proposta pedagógica descrita neste relato busca promover uma inclusão que não se dá pela adaptação ao modelo ouvinte, mas pela valorização da singularidade linguística dos sujeitos surdos e pela criação de práticas que os reconheçam como protagonistas no processo de letramento.

Inclusão: entre discursos, práticas e tensões contemporâneas

A inclusão escolar, embora amplamente defendida em documentos oficiais e discursos pedagógicos, permanece um conceito em disputa. Não raro, é tratada como um imperativo moral, associado à ideia de que todos os alunos devem estar juntos, no mesmo espaço físico, independentemente de suas singularidades. Essa visão, embora bem-intencionada, pode obscurecer as complexidades envolvidas na construção de ambientes verdadeiramente acessíveis e responsivos.

No campo da educação de surdos, essa tensão se acentua. A presença de alunos surdos em escolas regulares, sem garantia de acessibilidade linguística, frequentemente resulta em processos de exclusão simbólica. Como aponta Skliar (1998), a inclusão não pode ser confundida com integração física; ela exige o reconhecimento da diferença como valor e não como obstáculo. Nesse sentido, a Educação Bilíngue de Surdos emerge como uma proposta que não nega a inclusão, mas a ressignifica a partir de uma perspectiva linguística e cultural.

A escola bilíngue, como o INES, não se configura como um espaço segregador, mas como um ambiente especializado que respeita a Libras como primeira língua dos alunos surdos e promove o ensino do português como segunda língua. Essa abordagem está em consonância com os princípios da educação inclusiva, desde que se compreenda inclusão como um processo que envolve acesso ao currículo, à linguagem e à participação ativa na vida escolar.

É necessário, portanto, modalizar o discurso da inclusão. Em vez de tratá-la como um fim em si mesma, é preciso interrogá-la: inclusão para quem? Em que condições? Com quais recursos? Como lembra Mantoan (2003), a inclusão não se faz apenas com boas intenções, mas com políticas públicas consistentes, formação docente adequada e práticas pedagógicas contextualizadas.

A bidocência, nesse contexto, pode ser vista como uma estratégia que favorece a inclusão pedagógica e linguística dos alunos surdos. Ao permitir a atuação conjunta de dois professores, amplia-se a possibilidade de mediação, escuta e adaptação das atividades às necessidades dos estudantes. Mais do que uma técnica, a bidocência representa uma postura ética diante da diversidade, uma abertura ao diálogo e à construção coletiva do conhecimento.

Além disso, a presença de dois docentes em sala permite que um deles assuma, quando necessário, o papel de observador, registrando interações, dificuldades e avanços dos alunos. Essa prática contribui para o planejamento mais refinado das aulas e para a construção de estratégias de ensino mais eficazes. A bidocência, portanto, não apenas favorece a aprendizagem dos alunos, mas também promove a formação continuada dos professores, que aprendem uns com

os outros em tempo real.

A inclusão, nesse sentido, não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as singularidades dos sujeitos. No caso da educação de surdos, isso implica respeitar a Libras, promover o letramento visual, adotar metodologias interativas e, sobretudo, acreditar na potência dos alunos como sujeitos de linguagem.

A bidocência como prática colaborativa e formativa

A bidocência, entendida como a atuação simultânea de dois professores em um mesmo espaço pedagógico, tem ganhado destaque nas discussões sobre práticas inclusivas e colaborativas. Mais do que uma estratégia organizacional, ela representa uma mudança de paradigma na forma de conceber o trabalho docente, rompendo com a lógica individualizante da sala de aula e promovendo a construção coletiva do saber.

No contexto da Educação Bilíngue de Surdos, a bidocência assume contornos ainda mais significativos. A presença de dois professores de português – com formações, experiências e estilos didáticos distintos – permite uma abordagem mais plural e responsiva às necessidades dos alunos. No caso relatado, a parceria entre um docente com trajetória no ensino médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outro com experiência nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental resultou em uma rica troca de saberes, estratégias e perspectivas.

Durante o planejamento das aulas, os professores se reuniam semanalmente para discutir os objetivos, selecionar os gêneros textuais a serem trabalhados e definir as estratégias de mediação. Essa etapa revelou-se fundamental para alinhar expectativas, compartilhar inquietações e construir uma proposta pedagógica coesa. A escuta ativa entre os docentes foi um dos pilares da parceria, permitindo que cada um contribuísse com sua expertise sem hierarquizações.

Em sala de aula, a atuação conjunta se dava de forma dinâmica. Em alguns momentos, os professores dividiam a turma em grupos, cada um assumindo a mediação de uma atividade específica. Em outros, trabalhavam em duplas com os alunos, alternando os papéis de explicador, observador e registrador. Essa flexibilidade favoreceu a personalização do ensino, permitindo que os alunos recebessem atenção mais individualizada e que suas dúvidas fossem sanadas com maior agilidade.

Além disso, a bidocência possibilitou a construção de uma ambiência pedagógica mais acolhedora. A presença de dois adultos em sala ampliou as possibilidades de interação, escuta e afeto, elementos essenciais para o desenvolvimento

linguístico e emocional dos alunos surdos. Como destaca Oliveira (2015), a bidocência não é apenas uma técnica, mas uma postura ética que valoriza a diversidade e promove a inclusão.

Outro aspecto relevante foi o impacto da bidocência na formação continuada dos professores. Ao compartilhar o espaço pedagógico, os docentes puderam observar as práticas um do outro, refletir sobre suas escolhas didáticas e aprimorar suas estratégias. Essa formação em serviço, pautada na troca e na coautoria, revelou-se extremamente potente, contribuindo para o desenvolvimento profissional e para a construção de uma identidade docente mais colaborativa.

A bidocência também favoreceu a construção de registros mais ricos sobre o processo de aprendizagem dos alunos. Enquanto um professor conduzia a atividade, o outro podia observar, anotar e refletir sobre as interações, dificuldades e avanços dos estudantes. Esses registros foram fundamentais para o replanejamento das aulas e para a construção de estratégias mais eficazes.

Em síntese, a bidocência, no contexto da Educação Bilíngue de Surdos, mostrou-se uma prática pedagógica potente, capaz de promover inclusão, formação docente e melhoria da qualidade do ensino. Ao valorizar a colaboração, a escuta e a pluralidade de saberes, ela contribui para a construção de uma classe mais democrática, acessível e responsiva às singularidades dos alunos.

Fundamentos teórico-metodológicos da proposta pedagógica

A proposta pedagógica desenvolvida pelos autores deste relato para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (L2) a alunos surdos sinalizantes no turno estendido do INES está alicerçada em quatro eixos teórico-metodológicos que se entrelaçam e se complementam: a Educação Bilíngue de Surdos, o letramento visual e as práticas omniléticas, a concepção discursivo-interacionista de linguagem e a bidocência como estratégia inclusiva e formativa. A seguir, cada um desses eixos será detalhado, com base em referenciais teóricos e em práticas observadas durante o desenvolvimento da experiência ora relatada.

1. Educação Bilíngue de Surdos: a Educação Bilíngue de Surdos parte do reconhecimento da Libras como primeira língua (L1) dos alunos surdos e do português escrito como segunda língua (L2). Essa abordagem respeita os tempos e modos de aquisição linguística próprios da surdez, valorizando a Libras como língua de instrução, comunicação e expressão cultural. Segundo Quadros e Schmiedt (2006), o ensino do português para surdos deve considerar os estágios de interlíngua, ou seja, os processos gradativos de apropriação da L2, mediados pela L1.

A proposta bilíngue rompe com a lógica da adaptação e propõe uma pedagogia própria, centrada na visualidade, na interação em Libras e na valorização da cultura surda. Essa perspectiva está em consonância com os princípios da educação inclusiva, desde que se compreenda inclusão como acesso efetivo à linguagem e à participação escolar. A escola bilíngue, nesse sentido, não é um espaço segregador, mas um ambiente especializado que promove o protagonismo dos alunos surdos.

2. Letramento visual e práticas omniléticas: o letramento visual é um componente essencial na educação de surdos, uma vez que a percepção visual é o principal canal de acesso à informação e à linguagem. A sala de aula bilíngue deve ser pensada como um espaço visualmente rico, com recursos que favoreçam a leitura de imagens, sinais, textos e expressões faciais. Pereira (2024) propõe o conceito de práticas omniléticas, que articulam leitura, imagem, interação e produção textual em uma abordagem integrada e sensível à visualidade.

Durante o desenvolvimento da proposta, foram utilizados gêneros visuais, como o cartum, que ativaram o repertório dos alunos e facilitaram a construção de sentidos. A projeção de imagens e o uso de recursos multimodais permitiram que os alunos acessassem o conteúdo de forma mais significativa, relacionando o texto escrito ao contexto visual e à Libras.

Além disso, o trabalho com gêneros visuais favoreceu a ampliação do vocabulário, a compreensão de estruturas sintáticas e a produção de textos em português escrito. A mediação dos professores, por meio de explicações em Libras e de atividades interativas, contribuiu para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos em L2.

3. Concepção discursivo-interacionista de linguagem: a proposta pedagógica adotada está alinhada à concepção discursivo-interacionista de linguagem, que entende a língua como prática social, situada e contextualizada. Nessa perspectiva, o ensino do português como L2 para surdos deve partir de situações reais de uso, valorizando os gêneros textuais como unidades de ensino e aprendizagem. Vitaliano (2022) destaca que o ensino do português deve focar na produção de sentidos em contextos significativos, e não apenas na correção gramatical.

As aulas do turno estendido vêm sendo pensadas como projetos temáticos, nos quais os alunos tenham a oportunidade de explorar diferentes gêneros textuais, como bilhetes, convites, notícias, receitas e relatos pessoais, em atividades que envolvam leitura, interpretação, produção e revisão. A mediação dos professores em Libras permite que os alunos compreendam os objetivos comunicativos de cada gênero e se apropriem de suas estruturas e vocabulário.

Creem os autores deste relato que essa abordagem favoreça a construção de

uma competência discursiva em português escrito, respeitando os tempos de aprendizagem dos alunos e valorizando suas produções como expressão legítima de linguagem. A correção dos textos, nessa perspectiva, deve ser feita de forma colaborativa, com foco na construção de sentidos e na ampliação do repertório linguístico.

4. Bidocência como estratégia inclusiva e formativa: a bidocência, como já discutido, foi um dos pilares da proposta pedagógica. Sua atuação não se limitou à divisão de tarefas, mas envolveu uma construção conjunta do planejamento, da mediação e da avaliação. A presença de dois professores em sala permitiu maior atenção às necessidades individuais dos alunos, ampliação das estratégias de ensino e promoção de uma ambiência pedagógica mais acolhedora.

Além disso, a bidocência favoreceu a formação continuada dos docentes, que puderam refletir sobre suas práticas e construir saberes em diálogo. Essa formação em serviço, pautada na colaboração e na escuta, contribuiu para o aprimoramento das estratégias de ensino e para o fortalecimento da identidade profissional dos professores.

A bidocência também se mostrou eficaz na construção de registros mais ricos sobre o processo de aprendizagem dos alunos. Enquanto um professor conduzia a atividade, o outro podia observar, anotar e refletir sobre as interações, dificuldades e avanços dos estudantes. Esses registros foram fundamentais para o replanejamento das aulas e para a construção de estratégias mais eficazes.

Justificativa da proposta pedagógica

A implementação da proposta de ensino de Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para alunos surdos sinalizantes, por meio da bidocência, responde a uma demanda concreta e urgente: a construção de práticas pedagógicas que respeitem os tempos, modos e linguagens dos sujeitos surdos. A justificativa da proposta se apoia em três pilares interdependentes: o perfil dos alunos, os desafios enfrentados no processo de ensino-aprendizagem e o alinhamento com as diretrizes legais e políticas públicas voltadas à educação bilíngue.

Quanto ao perfil dos alunos, as turmas envolvidas no projeto eram compostas por alunos surdos sinalizantes, com domínio da Libras como primeira língua (L1) e em processo de letramento em português escrito (L2). A maioria dos estudantes apresentava histórico de escolarização em contextos bilíngues, como o INES, mas com trajetórias marcadas por interrupções e lacunas no desenvolvimento da L2. Alguns alunos demonstravam resistência ao português

escrito, associando-o a experiências frustrantes de ensino pautadas em abordagens descontextualizadas.

Além disso, havia uma diversidade significativa em termos de repertório linguístico, experiências escolares e estratégias de comunicação. Essa heterogeneidade exigia uma proposta pedagógica flexível, responsiva e sensível às singularidades dos estudantes. A bidocência, nesse sentido, mostrou-se uma alternativa potente, capaz de ampliar as possibilidades de mediação e de personalização do ensino.

Vários desafios foram e são enfrentados no contexto da educação bilíngue. Entre os principais, destacam-se:

- A necessidade de construir uma ambiência visual e linguística que favoreça o acesso ao conteúdo;
- A dificuldade de alguns alunos em compreender estruturas sintáticas do português escrito;
- A resistência inicial à produção textual, especialmente em gêneros mais formais;
- A limitação de materiais didáticos adaptados à realidade bilíngue;
- A escassez de formação específica para o ensino de L2 a surdos.

Esses desafios foram enfrentados por meio de estratégias como o uso de gêneros visuais, a mediação em Libras, a construção coletiva, a valorização das produções dos alunos e o planejamento colaborativo entre os docentes. A bidocência permitiu que os professores compartilhassem responsabilidades, refletissem sobre suas práticas e construíssem soluções pedagógicas em tempo real.

Quanto ao alinhamento com políticas públicas, a proposta está alinhada às diretrizes legais que reconhecem a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade própria da educação especial. A Lei nº 14.191/2021 estabelece que essa modalidade deve garantir o uso da Libras como L1 e do português escrito como L2, respeitando os tempos de aquisição e as especificidades linguísticas dos alunos surdos. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforçam a importância do trabalho com gêneros textuais, da valorização da diversidade e da construção de práticas pedagógicas inclusivas.

A proposta também dialoga com os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que defende a construção de ambientes escolares acessíveis, a formação continuada dos professores e o respeito às singularidades dos alunos. A bidocência, nesse contexto, representa uma prática que concretiza esses princípios, ao promover a colaboração do-

cente, a escuta ativa e a construção de estratégias pedagógicas contextualizadas.

Em síntese, a justificativa da proposta se sustenta na necessidade de garantir o direito à educação linguística e cultural dos alunos surdos, por meio de práticas pedagógicas que respeitem sua singularidade e promovam sua participação ativa no processo de aprendizagem. A bidocência, ao articular formação docente, mediação linguística e planejamento colaborativo, revela-se uma estratégia potente para a construção de uma escola mais democrática, acessível e responsiva.

Análise dos resultados e reflexões pedagógicas

A implementação da proposta pedagógica baseada na bidocência e nos princípios da Educação Bilíngue de Surdos gerou impactos significativos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. A análise dos resultados obtidos ao longo do projeto revela avanços linguísticos, discursivos e atitudinais, além de contribuições relevantes para a formação docente e para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas.

Durante o período de desenvolvimento da proposta, foram observadas mudanças expressivas no comportamento linguístico e na participação dos alunos. Entre os principais avanços, destacam-se:

- Maior autonomia na leitura de textos visuais e escritos: os alunos passaram a utilizar estratégias de inferência, reconhecimento de palavras-chave e associação entre imagem e texto para compreender os gêneros trabalhados.
- Ampliação do repertório lexical em português escrito: por meio da exposição a diferentes gêneros e da mediação em Libras, os estudantes enriqueceram seu vocabulário e passaram a utilizar termos mais variados em suas produções.
- Melhoria na estruturação de frases simples e complexas: com o apoio dos professores, os alunos desenvolveram maior consciência sintática, utilizando conectivos, pronomes e marcas de pontuação com mais precisão.
- Participação ativa nas discussões em Libras: os momentos de troca e reflexão sobre os textos foram marcados por intervenções significativas dos alunos, que demonstraram compreensão dos conteúdos e capacidade de argumentação.
- Redução da resistência ao português escrito: ao perceberem que suas produções eram valorizadas e que o processo de aprendizagem respeitava seus tempos, os alunos passaram a se engajar mais nas atividades de leitura e escrita.

Esses avanços não ocorreram de forma homogênea, mas revelaram trajetórias individuais de desenvolvimento, que foram acompanhadas de perto pelos professores. A bidocência permitiu que cada aluno fosse observado em sua singularidade, favorecendo intervenções mais precisas e personalizadas.

Impactos na formação docente

A proposta também gerou efeitos positivos na formação dos professores envolvidos. A convivência, o planejamento conjunto e a troca constante de saberes contribuíram para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento da identidade profissional dos docentes. Entre os principais impactos, destacam-se:

- A ampliação do repertório metodológico: os professores passaram a incorporar estratégias utilizadas pelo colega, enriquecendo suas abordagens e diversificando suas práticas.
- O desenvolvimento da escuta pedagógica: a bidocência favoreceu uma postura mais atenta às necessidades dos alunos, com maior sensibilidade às dificuldades e potencialidades de cada um.
- A construção de uma cultura de colaboração: a experiência reforçou a importância do trabalho coletivo, da coautoria e da corresponsabilidade no processo educativo.
- A valorização da reflexão sobre a prática: os momentos de avaliação e replanejamento foram marcados por análises críticas, que permitiram ajustes e aprimoramentos constantes.

Esses elementos indicam que a bidocência não apenas beneficia os alunos, mas também representa uma oportunidade de formação continuada para os professores, promovendo o desenvolvimento profissional em contexto real de atuação.

Reflexões para continuidade

A experiência vivenciada aponta para a necessidade de consolidar a bidocência como prática pedagógica permanente, especialmente em contextos de educação bilíngue. Para isso, é fundamental que as instituições escolares reconheçam o valor dessa estratégia e criem condições para sua implementação, como tempo de planejamento conjunto, formação específica e valorização profissional.

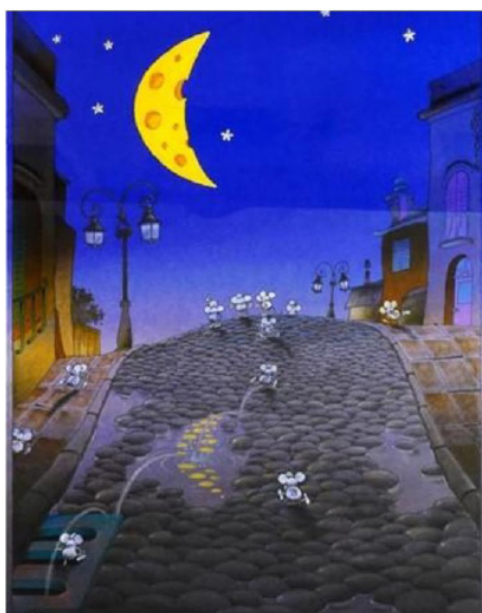
Além disso, é importante investir na produção de materiais didáticos acessíveis, na formação de professores bilíngues e na construção de políticas públicas que garantam o direito à educação linguística dos alunos surdos. A proposta

aqui relatada pode servir como referência para outras escolas e redes de ensino que desejem construir práticas pedagógicas mais inclusivas, colaborativas e sensíveis à diversidade.

Material didático e prática em sala de aula

A proposta teve como ponto de partida a elaboração e aplicação de um material didático visual, baseado em cartum, que serviu como eixo estruturante das aulas. A atividade, desenvolvida em formato de ficha, foi projetada no datashow e distribuída aos alunos em versão impressa, com questões de múltipla escolha, interpretação e produção de frases curtas. O cartum escolhido apresentava uma cena noturna com ratos correndo em direção à lua, representada como um grande queijo, uma imagem lúdica, simbólica e carregada de possibilidades interpretativas (Figura 1).

Figura 1 – Ratos querem comer a lua



Fonte: Copilot, 2025.

A escolha desse gênero textual visual se deu por sua capacidade de ativar o repertório dos alunos, promover inferências e estimular a construção de sentidos. A imagem foi explorada coletivamente, com mediação em Libras e português, per-

mitindo que os alunos relacionassem elementos visuais (como a lua, os ratos, o céu estrelado) a palavras e expressões em português escrito. Essa etapa foi fundamental para estabelecer pontes entre a L1 e a L2, respeitando os tempos de aquisição e valorizando a visualidade como canal privilegiado de aprendizagem.

As questões propostas na ficha abordavam aspectos como tempo, espaço, personagens, ações e sentimentos, favorecendo a leitura inferencial e a ampliação do vocabulário. Os alunos foram convidados a identificar elementos da imagem, relacioná-los a palavras em português e elaborar pequenas frases com base no conteúdo trabalhado. A diversidade de formatos – múltipla escolha, completar, relacionar – permitiu que diferentes níveis de proficiência fossem contemplados, promovendo inclusão e participação.

A atividade revelou-se eficaz na mobilização dos alunos, que demonstraram entusiasmo, curiosidade e engajamento. Mesmo aqueles que inicialmente apresentavam resistência ao português escrito participaram ativamente, contribuindo com interpretações em Libras e tentando expressar suas ideias por escrito. A presença dos dois professores em sala foi decisiva para o sucesso da atividade, permitindo apoio individualizado, esclarecimento de dúvidas e valorização das produções dos alunos.

Esse material, portanto, não apenas ilustra a proposta pedagógica, mas a concretiza. Ele representa uma síntese dos princípios que orientam o ensino de português como L2 para surdos: visualidade, contextualização, mediação bilíngue, trabalho com gêneros e valorização da produção dos alunos. Sua inclusão no artigo como ilustração reforça a dimensão prática do relato e oferece aos leitores um exemplo concreto de como teoria e prática podem se articular de forma significativa.

Considerações finais

O relato apresentado evidencia que o ensino de português como segunda língua para surdos demanda mais do que metodologias tradicionais: exige sensibilidade, criatividade e compromisso com a inclusão linguística e cultural. A atividade desenvolvida, centrada na visualidade, na mediação bilíngue e na construção coletiva de sentidos, mostrou que é possível criar espaços de aprendizagem significativos, nos quais os alunos surdos se reconheçam como protagonistas do processo.

A presença de dois professores em sala, a escolha de um material visual instigante e a valorização das produções dos alunos foram elementos decisivos para o sucesso da proposta. Mais do que ensinar conteúdos, buscou-se construir pontes entre línguas, culturas e modos de ver o mundo. O cartum, enquanto gênero visual, revelou-se um potente disparador de sentidos, capaz de mobilizar repertórios, provocar inferências e estimular a expressão escrita em português.

Esse trabalho reafirma a importância de práticas pedagógicas que respeitem a singularidade dos alunos surdos, promovam o diálogo entre Libras e português e reconheçam a visualidade como eixo estruturante da aprendizagem. Ao compartilhar essa experiência, espera-se contribuir para o fortalecimento de uma educação bilíngue que seja, de fato, inclusiva, crítica e transformadora.”

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Libras em contexto: curso básico*. Brasília: MEC/SEESP, 2009.
- FERREIRA-BRITO, L. *Por uma gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- GESSER, A. *Libras? Que língua é essa?* São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GUTHIERREZ, C.C.M.Y.; OLIVEIRA, C.; BARREIROS, C. Inclusão, bidocência, ensino colaborativo: quem ganha com isso? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., 2016, São Carlos. Anais. São Carlos: UFSCar, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee7/trabalhos/inclusao-bidocencia-ensino-colaborativo-quem-ganha-com-isso?lang=pt-br>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- KARNOPP, L.B. *Língua de sinais brasileira: aspectos linguísticos e educacionais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MANTOAN, M.T.E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- OLIVEIRA, A.P.; LOPES, L.S.F. Educação de surdos em uma proposta bilíngue: do desafio à possibilidade. *WebArtigos*, 2015. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-surdos-em-uma-proposta-bilingue-do-desafio-a-possibilidade/134050>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- PEREIRA, M.S. Práticas omniléticas e letramento visual na educação bilíngue de surdos. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 45–62, 2024.
- PEREIRA, M.S.; LEMOS, L.M.B.; ALMEIDA, M.S.N. O ensino lúdico do português como segunda língua para alunos surdos: contribuições omniléticas. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1–20, 2024. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/>

index.php/porescrito/article/view/44360. Acesso em: 17 ago. 2025.

QUADROS, R.M.; KARNOPP, L.B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, M.L.P. *Ideias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, M.L.P. *Educação de surdos: desenvolvendo competências em português como segunda língua*. Porto Alegre: Mediação, 2006.

ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*. Tradução: José Cipolla Neto, Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VITALIANO, S. A importância do português como segunda língua na formação de alunos surdos. *Revista Sinal*, Goiânia, Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revsinal/article/download/36688/20219/166121>. Acesso em: 17 ago. 2025.

VITALIANO, S. *Linguagem e sentido: o ensino do português como prática discursiva*. São Paulo: Cortez, 2022.